

Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

10 ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada às respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **60 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1 – Além do celular e da carteira, cuidado com as figurinhas da Copa

Gilberto Porcidônio – *O Globo*, 12/04/2018

A febre do troca-troca de figurinhas pode estar atingindo uma temperatura muito alta. Preocupados que os mais afoitos pelos cromos possam até roubá-los, muitos jornaleros estão levando seus estoques para casa quando termina o expediente. Pode parecer piada, mas há até boatos sobre quadrilhas de roubo de figurinha espalhados por mensagens de celular.

1

Sobre a estrutura do título dado ao texto 1, a afirmativa adequada é:

- (A) as figurinhas da Copa passaram a ocupar o lugar do celular e da carteira nos roubos urbanos;
- (B) as figurinhas da Copa se somaram ao celular e à carteira como alvo de desejo dos assaltantes;
- (C) o alerta dado no título se dirige aos jornaleros que vendem as figurinhas da Copa;
- (D) os ladrões passaram a roubar as figurinhas da Copa nas bancas de jornais;
- (E) as figurinhas da Copa se transformaram no alvo principal dos ladrões.

2

“A febre do troca-troca de figurinhas pode estar atingindo uma temperatura muito alta”.

Sobre os componentes dessa primeira frase do texto 1, a afirmativa adequada é:

- (A) a forma diminutiva “figurinhas” tem valor afetivo;
- (B) o vocábulo “febre” mostra que a atenção dada às figurinhas da Copa é vista pelo autor do texto como uma doença;
- (C) a linguagem figurada presente em “febre” tem continuidade no termo “temperatura muito alta”;
- (D) o termo “troca-troca” mostra a presença de elementos negativos no ato de colecionar as figurinhas da Copa;
- (E) a expressão “temperatura muito alta” indica o final de um processo doentio, ou seja, essa moda de colecionar figurinhas está próxima do fim.

3

No texto 1 aparecem três ocorrências da preposição DE.

- 1. “troca-troca de figurinhas”;
- 2. “roubo de figurinha”;
- 3. “mensagens de celular”.

Sobre o emprego dessa preposição nesses casos, é correto afirmar que:

- (A) os termos precedidos da preposição DE indicam pacientes dos vocábulos anteriores;
- (B) os termos precedidos da preposição DE indicam agentes dos termos anteriores;
- (C) os termos “de figurinha” e “de celular” são complementos dos termos anteriores;
- (D) os termos “de figurinhas” e “de celular” são adjuntos dos vocábulos precedentes;
- (E) os termos “de figurinhas” e “de figurinha” são complementos dos vocábulos precedentes.

4

“Preocupados que os mais afoitos pelos cromos possam até roubá-los, muitos jornaleros estão levando seus estoques para casa quando termina o expediente”.

Nesse segundo período do texto 1, o termo destacado que tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- (A) “para casa” indica finalidade;
- (B) “quando termina o expediente” indica local e tempo da ação;
- (C) “preocupados” indica consequência das orações seguintes;
- (D) “que os mais afoitos pelos cromos possam até roubá-los” indica a razão da preocupação dos colecionadores;
- (E) “muitos jornaleros estão levando seus estoques para casa” indica o resultado da preocupação citada anteriormente.

5

Em relação ao segmento “Pode parecer piada...” do texto 1, o que justifica a possibilidade de “piada” é que:

- (A) haja a divulgação por mensagens de celular alertando para a existência de quadrilhas de roubos de figurinhas;
- (B) ocorra a necessidade de jornaleros levarem para casa o estoque de figurinhas de suas bancas;
- (C) existam notícias falsas, como ocorrem com crimes mais sérios, sobre formação de quadrilhas de roubos de figurinhas;
- (D) aconteçam roubos que envolvam coisas de nenhum valor econômico, como as figurinhas da Copa;
- (E) sejam divulgados fatos que envolvam quadrilhas de roubos de figurinhas pela internet.

6

Os fatos abaixo – referidos no texto 1 – que se encontram em sequência cronológica são:

- (A) febre do troca-troca / possibilidade de roubo / transferência de estoques;
- (B) preocupação com os roubos / transferência de estoques / informações sobre quadrilhas organizadas;
- (C) informações sobre quadrilhas organizadas / preocupação com os roubos / transferência de estoques;
- (D) febre do troca-troca / transferência de estoques / preocupação com possíveis roubos;
- (E) preocupação com os roubos / boatos sobre formação de quadrilhas / transferência de estoques.

7

“O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem defronte não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida” (Ramón Gómez de La Serna).

O conceito de boa pintura que essa frase revela está presente em:



- (A) Monalisa – Da Vinci;



- (B) A noite estrelada – Van Gogh;



- (C) O grito – Munch;



- (D) Guernica – Picasso;



- (E) A persistência da memória – Salvador Dalí.

Texto 2 - A Copa do Mundo da Rússia só começa no dia 22 de junho, mas a febre dos álbuns com os jogadores das seleções já se espalhou e chegou até ao plenário de uma assembleia legislativa brasileira. O flagrante de dois assessores trocando figurinhas durante uma sessão foi divulgado pelas redes sociais e a cena se espalhou.

No post, que teve mais de 16 mil compartilhamentos e 26 mil curtidas no Twitter, o internauta chega a especular que seriam deputados, mas a direção da casa esclareceu tratarem-se de assessores. “Votação importante hoje (19/02) e os deputados ao invés de estarem trabalhando e fazendo jus ao salário superior a 25 mil reais, estão trocando e colando figurinha da Copa do Mundo em meio à votação. Se eu falasse, ninguém acreditaria”, diz o post.

Outro post com mais de 40 mil compartilhamentos traz um vídeo mostrando que a troca ocorreu enquanto uma deputada discursava sobre uma proposta.

A direção da casa legislativa confirmou que as imagens foram feitas durante a sessão da quarta feira e esclareceu que elas mostram dois “assessores de deputados” trocando figurinhas durante a sessão. “O comportamento não é justificável. Os gabinetes dos deputados aos quais os assessores pertencem, já foram informados, e cabe aos parlamentares decidir como proceder”. (adaptado)

8

Considerando as informações do texto 2, na divulgação das redes sociais há um conjunto de informações falsas; a informação verdadeira abaixo é:

- (A) deputados trocam figurinhas numa assembleia legislativa;
- (B) salário de deputados é de mais de 25 mil reais;
- (C) troca de figurinhas ocorre durante votação;
- (D) assessores de deputados serão exonerados;
- (E) os assessores trocavam figurinhas para os deputados.

9

O segmento do texto 2 em que há um erro gramatical na forma verbal sublinhada é:

- (A) “No post, que teve mais de 16 mil compartilhamentos e 26 mil curtidas no Twitter, o internauta chega a especular que seriam deputados,...”;
- (B) “...mas a direção da casa esclareceu tratarem-se de assessores”;
- (C) “Votação importante hoje (19/02) e os deputados ao invés de estarem trabalhando e fazendo jus ao salário superior a 25 mil reais...”;
- (D) “...estão trocando e colando figurinha da Copa do Mundo em meio à votação”;
- (E) “Se eu falasse, ninguém acreditaria”, diz o post.

10

“A Copa do Mundo da Rússia só começa no dia 22 de junho, mas a febre dos álbuns com os jogadores das seleções já se espalhou e chegou até ao plenário de uma assembleia legislativa brasileira”.

Nesse segmento inicial do texto 2 há a utilização de uma conjunção adversativa (MAS), que opõe as seguintes ideias:

- (A) apesar de a Copa ser na Rússia, ela já começou em outros países da Europa;
- (B) apesar de ser um assunto popular, as figurinhas estão em várias assembleias legislativas;
- (C) apesar de ser uma competição mundial, o tema passou a ser uma febre no país sede da Copa;
- (D) apesar de não ser um assunto “sério”, a Copa do Mundo é tema discutido em várias assembleias legislativas;
- (E) apesar de a Copa só começar futuramente, ela já começou em uma assembleia legislativa brasileira.

11

“O flagrante de dois assessores trocando figurinhas durante uma sessão foi divulgado pelas redes sociais e a cena se espalhou”.

Sobre os componentes desse segmento do texto 2, é correto afirmar que:

- (A) em lugar de “flagrante” deveria estar “fragrante”;
- (B) em lugar de “sessão” deveria estar “seção”;
- (C) em lugar de “quarta feira” deveria estar “quarta-feira”;
- (D) em lugar de “foi divulgado” deveria estar “foram divulgados”;
- (E) em lugar de “assessores” deveria estar “acessores”.

12

“O flagrante de dois assessores trocando figurinhas durante uma sessão foi divulgado pelas redes sociais e a cena se espalhou”.

O segmento “foi divulgado pelas redes sociais” do texto 2 é exemplo de voz passiva; se a mesma frase fosse colocada na voz ativa, a forma verbal adequada seria:

- (A) divulgaram;
- (B) divulgaram-se;
- (C) divulgou-se;
- (D) divulgam-se;
- (E) divulga-se.

13

“Votação importante hoje (19/02) e os deputados ao invés de estarem trabalhando e fazendo jus ao salário superior a 25 mil reais, estão trocando e colando figurinha da Copa do Mundo em meio à votação. Se eu falasse, ninguém acreditaria”, diz o post”.

Sobre o emprego de pontuação e de sinais gráficos nesse segmento do texto 2, é correto afirmar que:

- (A) não deveria haver vírgula após “25 mil reais”;
- (B) os parênteses explicam um termo anterior;
- (C) as aspas indicam que o trecho foi literalmente reproduzido;
- (D) o acento grave em “à votação” está errado;
- (E) a datação (19/02) deveria aparecer entre vírgulas.

14

“Se eu falasse, ninguém acreditaria”.

O emprego de tempos verbais nesse segmento do texto 2 está correto, segundo a norma culta; a frase abaixo em que se mantém a correção gramatical é:

- (A) Se eu falasse, ninguém acreditava;
- (B) Se eu falo, ninguém acreditaria;
- (C) Caso eu falasse, ninguém acreditava;
- (D) Caso eu fale, ninguém acredita;
- (E) Se eu falava, ninguém acreditaria.

15

“A direção da casa legislativa confirmou que as imagens foram feitas durante a sessão de quarta feira e esclareceu que elas mostram dois ‘assessores de deputados’ trocando figurinhas durante a sessão. ‘O comportamento não é justificável. Os gabinetes dos deputados aos quais os assessores pertencem, já foram informados, e cabe aos parlamentares decidir como proceder”.

Nesse segmento do texto 2, o componente sublinhado que NÃO se refere ou repete nenhum termo anterior é:

- (A) que;
- (B) elas;
- (C) sessão;
- (D) comportamento;
- (E) deputados.

16

“A direção da casa legislativa confirmou que as imagens foram feitas durante a sessão de quarta feira e esclareceu que elas mostram dois ‘assessores de deputados’ trocando figurinhas durante a sessão. ‘O comportamento não é justificável. Os gabinetes dos deputados aos quais os assessores pertencem, já foram informados, e cabe aos parlamentares decidir como proceder’.”

O segmento sublinhado do texto 2 reproduz palavras:

- (A) do jornalista autor do texto;
- (B) do autor do post;
- (C) dos deputados a que pertencem os assessores;
- (D) de alguém não identificado;
- (E) da assembleia legislativa.

17

“A direção da casa legislativa confirmou que as imagens foram feitas durante a sessão de quarta feira e esclareceu que elas mostram dois ‘assessores de deputados’ trocando figurinhas durante a sessão”.

Nesse segmento do texto 2, o trecho “assessores de deputados” aparece entre aspas a fim de:

- (A) copiar palavras do regimento interno;
- (B) criticar a atitude dos funcionários da assembleia;
- (C) repetir a informação do autor do post;
- (D) corrigir uma informação falsa;
- (E) destacar a autoria do delito.

18

“A Copa do Mundo da Rússia só começa no dia 22 de junho, mas a febre dos álbuns com os jogadores das seleções já se espalhou e chegou até ao plenário de uma assembleia legislativa brasileira”.

O termo sublinhado acima que tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- (A) só / inclusão;
- (B) de / posse;
- (C) mas / adição;
- (D) com / companhia;
- (E) até / lugar.

19

Observe a tira abaixo.



O humor da tira é conseguido através de uma quebra de expectativa, que é:

- (A) o fato de um adulto colecionar figurinhas;
- (B) as figurinhas serem de temas sociais e não esportivos;
- (C) a falta de muitas figurinhas no álbum;
- (D) a reclamação ser apresentada pelo pai e não pelo filho;
- (E) uma criança ajudar a um adulto e não o contrário.

20

Sobre as falas da tira, a afirmação inadequada é:

- (A) a expressão “te ajudo” mostra erro na fala do menino, ao preferir “tu” a “você”;
- (B) a interjeição “xi” mostra decepção diante do fato de faltarem ainda muitas figurinhas;
- (C) a segunda fala do menino mostra erro gramatical em relação à norma culta da língua;
- (D) a forma “tá”, na segunda fala do menino, indica coloquialidade;
- (E) as reticências na segunda fala do pai aumentam as críticas em relação a nossos problemas sociais.

Legislação Específica

21

De acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, em matéria de estrutura organizacional básica da Justiça Estadual, são órgãos de apoio operacional do Tribunal de Justiça:

- (A) o Tribunal Pleno, a Seção Especializada Cível e a Câmara Criminal, que são presididos privativamente por Desembargadores, sendo o primeiro por meio de eleição interna e os demais, observada a antiguidade na classe;
- (B) a Presidência, a Vice-Presidência e a Corregedoria-Geral da Justiça, sendo o primeiro e o último presididos privativamente por Desembargadores, mediante eleição interna, e o segundo por indicação do Presidente do Tribunal;
- (C) a Direção Geral, a Secretaria Geral do Tribunal de Justiça e a Secretaria Especial da Presidência do Tribunal de Justiça, cujas chefias são exercidas por ocupantes de cargos em comissão, privativos de bacharéis em direito, cabendo as nomeações ao Presidente do Tribunal de Justiça;
- (D) a Secretaria Geral do Tribunal de Justiça, a Chefia de Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça e a Ouvidoria do Poder Judiciário, cujas chefias são exercidas por quaisquer magistrados do Tribunal, cabendo as nomeações ao Presidente do Tribunal de Justiça;
- (E) a Presidência, a Secretaria Geral do Tribunal de Justiça e a Ouvidoria do Poder Judiciário, cujas chefias são exercidas por servidores ocupantes de cargos em comissão, cabendo as nomeações ao Presidente do Tribunal de Justiça.

22

Em determinada Comarca do interior do Estado de Alagoas, a Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil vem pleiteando a criação de mais uma Vara, diante do alto número de processos judiciais que tramitam naquela cidade.

Consoante dispõe o Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, a viabilidade de tal pleito depende de:

- (A) resolução do Tribunal de Justiça, bem como que tenha a Comarca extensão territorial pelo menos equivalente a 150 km, e que o volume de serviços forenses seja correspondente, no mínimo, à distribuição de duzentos feitos;
- (B) resolução do Tribunal de Justiça, bem como que tenha a Comarca população de ao menos 10.000 habitantes, com colégio eleitoral não inferior a 5.000 eleitores, e que o volume de serviços forenses seja correspondente, no mínimo, à distribuição de duzentos feitos;
- (C) resolução do Tribunal de Justiça, bem como que tenha a Comarca receita tributária significativa do desenvolvimento econômico da região, não inferior, em qualquer hipótese, ao mínimo exigido para a criação de novo Município no Estado;
- (D) lei da iniciativa do Tribunal de Justiça, bem como que seja a Comarca de 2ª ou de 3ª entrância, e que o volume de serviço forense, na única Vara ou em ao menos uma daquelas já existentes, seja superior a quinhentos feitos;
- (E) lei da iniciativa do Governador do Estado, bem como que tenha a Comarca população de ao menos 10.000 habitantes, com colégio eleitoral não inferior a 5.000 eleitores, e que o volume de serviços forenses seja correspondente, no mínimo, à distribuição de duzentos feitos.

23

João, Oficial de Justiça lotado em determinada Vara Criminal da Capital, não pôde cumprir determinada diligência, consistente em busca e apreensão na casa da ré Maria, por motivo de impedimento legal.

Conforme determina o Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, João será substituído mediante ato de designação do:

- (A) Presidente do Tribunal de Justiça, por Escrevente, ou ainda, excepcionalmente, pelo Depositário Público;
- (B) Presidente do Tribunal de Justiça, por outro Oficial de Justiça, ou ainda, extraordinariamente, pelo Porteiro de Auditórios;
- (C) Corregedor-Geral de Justiça, por outro Oficial de Justiça, ou ainda, extraordinariamente, pelo Escrevente ou pelo Distribuidor;
- (D) Juiz Titular, por outro Oficial de Justiça, ou ainda, extraordinariamente, pelo Porteiro de Auditórios ou pelo Escrevente;
- (E) Juiz Titular, por outro Oficial de Justiça, ou ainda, extraordinariamente, pelo Depositário Público ou pelo Distribuidor.

24

Joaquim foi aprovado em primeiro lugar em concurso público para provimento do cargo efetivo de Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador, do Tribunal de Justiça de Alagoas. Após sua nomeação, a posse e o exercício de Joaquim ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio.

Tal declaração, de acordo com a lei de plano de cargos, carreiras e salários dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 7.889/2017):

- (A) compreenderá bens imóveis, veículos automotores e valores depositados em instituição financeira, localizados no país ou no exterior, excluídos os bens móveis, semoventes, dinheiro, títulos e outras espécies de bens e valores patrimoniais;
- (B) compreenderá bens imóveis, veículos automotores, valores depositados em instituição financeira, bens móveis, semoventes, dinheiro, títulos e outras espécies de bens e valores patrimoniais localizados no país, excluídos os do exterior;
- (C) será atualizada de forma quinquenal e na data em que o agente público deixar o exercício do cargo, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente, bem como poderá ser substituída pela entrega de cópia da declaração de bens apresentada à Receita Federal;
- (D) abrangerá apenas os bens pessoais do servidor consistentes em imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no país;
- (E) abrangerá, quando for o caso, os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

25

José, servidor público civil do Estado de Alagoas, ocupante de cargo efetivo há seis anos, deseja participar de curso de capacitação profissional.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 5.247/1991 e alterações), José:

- (A) não poderá se afastar a título de licença para capacitação profissional, mas poderá requerer licença para trato de interesses particulares, a critério da Administração, pelo prazo de dois anos consecutivos, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (B) não poderá se afastar a título de licença para capacitação profissional, mas poderá requerer licença para trato de interesses particulares, a critério da Administração, pelo prazo de um ano, sem direito à remuneração;
- (C) tem direito à licença para capacitação profissional, após cada quinquênio de efetivo exercício, no interesse da Administração, podendo afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses;
- (D) tem direito à licença para capacitação profissional, após cada ano de efetivo exercício, no interesse da Administração, podendo afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até trinta dias;
- (E) tem direito à licença para capacitação profissional, após cada triênio de efetivo exercício, no interesse da Administração, podendo afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem qualquer remuneração, por até seis meses.

26

Mário, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, ingressou na administração de sociedade empresária privada do ramo da construção civil. Meses depois, na qualidade de sócio-administrador da pessoa jurídica, Mário assinou contrato administrativo com o Estado de Alagoas, para reforma de prédio público, omitindo ser servidor estadual.

De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, em razão dos fatos descritos, Mário:

- (A) não está sujeito a qualquer sanção disciplinar, pois não assinou o contrato no exercício da função pública;
- (B) não está sujeito a qualquer sanção disciplinar, pois não lhe é vedado integrar a administração de sociedade empresária;
- (C) está sujeito à pena disciplinar de advertência, cujo prazo prescricional é de cento e vinte dias;
- (D) está sujeito à pena disciplinar de suspensão, cujo prazo prescricional é de três anos;
- (E) está sujeito à pena disciplinar de demissão, cujo prazo prescricional é de cinco anos.

27

Um Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas poderá ausentar-se do serviço, conforme autoriza o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, por:

- (A) um dia, a cada ano, para doação de sangue, sem prejuízo de sua remuneração;
- (B) dois dias, para se alistar como eleitor, sem prejuízo de sua remuneração;
- (C) cinco dias consecutivos, em razão de casamento, com remuneração proporcional ao seu tempo de contribuição;
- (D) três dias consecutivos, em razão de participação do corpo de jurados no Tribunal do Júri, sem prejuízo de sua remuneração;
- (E) cinco dias consecutivos, em razão de falecimento do cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau, com remuneração proporcional ao seu tempo de contribuição.

28

No título sobre ação disciplinar, a Lei Estadual nº 5.247/1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, estabelece que da sindicância administrativa pode resultar arquivamento do processo, ou aplicação de:

- (A) penalidade disciplinar de advertência ou suspensão até trinta dias, ou instauração de processo disciplinar;
- (B) penalidade disciplinar de advertência, suspensão até noventa dias ou demissão, pelo Governador do Estado;
- (C) qualquer penalidade disciplinar prevista em lei, ou condenação do servidor por ato de improbidade administrativa;
- (D) qualquer penalidade disciplinar prevista em lei, ou condenação do servidor ao ressarcimento ao erário, caso se comprove dano ao erário;
- (E) penalidade disciplinar de advertência, suspensão até noventa dias e demissão, ou instauração de processo administrativo para apurar ato de improbidade.

29

No capítulo das funções essenciais à justiça, a Constituição do Estado de Alagoas estabelece que o exercício da representação judicial e extrajudicial do Estado, bem como o desenvolvimento de atividades de consultoria jurídica ao Chefe do Executivo competem:

- (A) ao Ministério Público, a quem são asseguradas autonomias administrativa e funcional;
- (B) à Advocacia-Geral do Estado, que é exercida pela Procuradoria-Geral do Estado;
- (C) à Defensoria Pública, cujos princípios institucionais são a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- (D) à Procuradoria-Geral de Justiça, por meio dos Procuradores do Estado que gozam da garantia de irredutibilidade de vencimentos;
- (E) à Ordem dos Advogados do Brasil, que possui natureza jurídica de autarquia especial que presta serviço de interesse social.

30

De acordo com a Constituição do Estado de Alagoas, mandado de segurança impetrado contra ato acoimado de ilegal, praticado pelo Governador do Estado, deve ser processado e julgado:

- (A) originariamente, pela Vara Cível da Capital;
- (B) originariamente, pelo Tribunal de Justiça Estadual;
- (C) originariamente, pelo Conselho Estadual da Magistratura;
- (D) em grau de recurso, pela Primeira Câmara Cível;
- (E) em grau de recurso, pela Seção Especializada Cível.

Conhecimentos Específicos**31**

Em matéria de remuneração de servidores públicos, a Constituição da República de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal asseguram que:

- (A) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário devem ser iguais ou superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- (B) a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias é permitida, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- (C) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- (D) não cabe ao Poder Legislativo interferir, de qualquer forma, na fixação ou alteração do subsídio de membros do Poder Judiciário, garantida a revisão geral anual;
- (E) não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob o fundamento de isonomia.

32

De acordo com a moderna doutrina e jurisprudência de Direito Administrativo, o instituto que visa à garantia dos princípios da proteção à boa-fé, da segurança jurídica e da confiança, necessários à formação e ao desenvolvimento da noção de Estado de Direito, relativizando as consequências de vícios de legalidade de atos administrativos, é conhecido como:

- (A) teoria dos motivos determinantes;
- (B) supremacia do interesse administrativo;
- (C) estabilização dos efeitos dos atos administrativos;
- (D) dever de prestar contas do Estado;
- (E) teoria da caducidade dos atos administrativos.

33

Poder de polícia pode ser conceituado como uma atividade da Administração Pública que se expressa por meio de seus atos normativos ou concretos, com fundamento na supremacia geral do interesse público para, na forma da lei, condicionar a liberdade e a propriedade individual, mediante ações fiscalizadoras preventivas e repressivas.

De acordo com ensinamentos da doutrina de Direito Administrativo, são características ou atributos do poder de polícia:

- (A) a hierarquia, a disciplina e a legalidade;
- (B) a imperatividade, a delegabilidade e a imprescritibilidade;
- (C) a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade;
- (D) a indelegabilidade, a hierarquia e o respeito às forças de segurança pública;
- (E) a imposição da força policial, a voluntariedade e a disciplina.

34

Antônio, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de Alagoas, adquiriu, para si, durante o exercício do cargo público, bem imóvel cujo valor é desproporcional à sua evolução patrimonial e à sua renda.

De acordo com o ordenamento jurídico, Antônio, em tese:

- (A) não praticou qualquer ato ilícito, seja na esfera disciplinar, seja em matéria de improbidade administrativa;
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, mas cometeu falta disciplinar, punível com pena de demissão;
- (C) não praticou ato de improbidade administrativa, mas cometeu falta disciplinar, punível com pena de suspensão por noventa dias;
- (D) praticou ato de improbidade administrativa, cujas sanções, dentre outras, consistem em ressarcimento integral do dano, perda da função pública, multa civil e cassação dos direitos políticos;
- (E) praticou ato de improbidade administrativa, cujas sanções, dentre outras, consistem em perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e ressarcimento integral do dano, quando houver.

35

Consoante teor da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos, e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, extinto o contrato de concessão pelo decurso de seu prazo de vigência, cabe ao poder público proceder à:

- (A) encampação para a retomada do serviço, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização ao concessionário;
- (B) encampação para a retomada do serviço, por motivo de interesse público, com ulterior pagamento da indenização ao concessionário, vedada a ocupação das instalações e a utilização dos bens reversíveis;
- (C) caducidade para a retomada do serviço, por motivo de interesse público, após prévio pagamento da indenização ao concessionário, com a utilização dos bens reversíveis;
- (D) retomada mediata da prestação do serviço até a realização de nova licitação, mediante a indispensável e prévia indenização ao concessionário, assegurando a observância do equilíbrio econômico e financeiro do contrato;
- (E) retomada imediata da prestação do serviço até a realização de nova licitação, independentemente de prévia indenização, assegurando a observância do princípio da continuidade do serviço público.

36

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o ajuste firmado entre a Administração Pública e entidades que possuam vontades convergentes, mediante a celebração de acordo para melhor execução das atividades de interesse comum dos signatários, é chamado de:

- (A) convênio, que exige prévia aprovação do plano de trabalho proposto pela organização interessada e, após a assinatura do ajuste, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo ao Poder Legislativo;
- (B) parceria público-privada, cujo valor global do contrato pode ser alterado por iniciativa de quaisquer das partes, visando à manutenção de seu equilíbrio econômico e financeiro;
- (C) consórcio público, por meio do qual se transfere ao particular a prestação de serviços públicos, mediante remuneração de tarifas pelos usuários;
- (D) contrato de gestão, cuja economicidade será aferida pelo Tribunal de Contas competente para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do ente federativo envolvido;
- (E) concessão, por meio da qual o poder público transfere a prestação de determinado serviço público a particular, a título precário, por sua conta e risco, mediante prévia licitação na modalidade concorrência.

37

João, apenado que cumpria pena privativa de liberdade decorrente de sentença penal condenatória com trânsito em julgado, foi morto no interior de unidade prisional estadual de Alagoas.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil:

- (A) objetiva do Estado, e o valor arbitrado em relação aos danos morais decorrentes não pode, em qualquer hipótese, ser revisto em sede de recurso especial pela proibição de reexame de matéria fática;
- (B) objetiva do Estado, e os danos morais decorrentes somente podem ser revistos em sede de recurso especial quando o valor arbitrado for exorbitante ou irrisório, afrontando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- (C) subjetiva do Estado, e o poder público estadual será condenado à indenização pelos danos morais aos familiares do apenado, caso se comprove que o homicídio foi praticado por algum agente penitenciário;
- (D) subsidiária do Estado, e, para condenação do poder público estadual ao pagamento de indenização pelos danos morais aos familiares do apenado, será imprescindível a prévia tentativa de satisfação do crédito junto ao agente público que agiu com culpa ou dolo;
- (E) subjetiva do Estado, e, para condenação do poder público estadual ao pagamento de indenização pelos danos morais aos familiares do apenado, será imprescindível a comprovação do ato ilícito e nexa causal, sendo desnecessária a demonstração do dolo ou culpa de um agente público.

38

A Constituição da República de 1988 dispõe que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios para sua admissão.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, as pessoas com deficiência têm direito a um mínimo das vagas ofertadas em concurso público e:

- (A) caso o candidato seja portador de visão monocular, não tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes;
- (B) caso o candidato seja portador de surdez unilateral, se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos;
- (C) é vedado ao Legislador fixar limite máximo das vagas a serem oferecidas em reserva às pessoas com deficiência, pois o administrador público que publica o edital do concurso público deve ter liberdade de aferir a quantidade;
- (D) caso a aplicação do percentual mínimo resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que respeitado o limite máximo do percentual legal das vagas oferecidas no certame;
- (E) é vedado ao Legislador e ao Judiciário fixar limite mínimo das vagas a serem oferecidas em reserva às pessoas com deficiência, em respeito à discricionariedade do administrador público que publica o edital do concurso.

39

O Presidente da República celebrou tratado internacional no qual os Estados celebrantes se comprometiam a oferecer condições adequadas, no ambiente prisional, às mulheres grávidas que se encontrassem presas. Esse tratado foi aprovado pelas Casas do Congresso Nacional e regularmente promulgado na ordem jurídica interna.

À luz da sistemática constitucional, o tratado internacional assim aprovado é equivalente:

- (A) ao ato infralegal, pois a sua promulgação na ordem interna se dá por meio de decreto;
- (B) à lei ordinária, pois todo tratado internacional possui essa natureza jurídica;
- (C) ao ato nulo, pois somente o Senado Federal possui competência para aprovar tratado internacional;
- (D) à emenda constitucional, desde que aprovado em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros das Casas;
- (E) à lei complementar, desde que aprovado pela maioria absoluta dos membros das Casas.

40

O Prefeito do Município Alfa apresentou suas contas anuais de gestão ao Tribunal de Contas competente, o qual veio a rejeitá-las por unanimidade.

Irresignado, o Prefeito procurou um advogado e solicitou informações a respeito da correção procedimental da atuação do Tribunal de Contas.

Com amplo embasamento na sistemática constitucional, o advogado esclareceu ao Prefeito Municipal, corretamente, que o Tribunal de Contas está:

- (A) errado, pois apenas lhe competiria emitir parecer prévio a respeito das contas do Prefeito, de governo ou de gestão;
- (B) certo, pois deveria julgar as contas de todos os gestores do dinheiro público, incluindo o Chefe do Poder Executivo;
- (C) errado, pois o Tribunal de Contas somente poderia julgar as contas de governo, não as de gestão;
- (D) certo, já que o Prefeito Municipal reconheceu a competência do Tribunal ao encaminhar-lhe as contas de gestão;
- (E) errado, pois não compete ao Tribunal de Contas apreciar, a qualquer título, as contas do Chefe do Poder Executivo.

41

Na última semana, foi promulgada a Lei XY, do Estado Beta, que alterava as normas ambientais afetas à utilização de recursos hídricos. O Partido Político Alfa, que somente contava com representantes na Câmara dos Deputados, não no Senado Federal, decidiu ajuizar arguição de descumprimento de preceito fundamental. Afinal, entendia que a Lei XY, além de formalmente inconstitucional, iria causar imensos danos à saúde da população.

À luz da sistemática constitucional, a arguição de descumprimento de preceito fundamental:

- (A) não poderia ser utilizada, pois não é instrumento adequado para se discutir a validade de lei estadual;
- (B) poderia ser utilizada, pois é o principal instrumento de controle de constitucionalidade existente;
- (C) não poderia ser utilizada, já que não atendido o requisito da subsidiariedade;
- (D) poderia ser utilizada, mas não com o objetivo de discutir o vício de inconstitucionalidade formal;
- (E) não poderia ser utilizada, em razão da ausência de legitimidade do Partido Político Alfa.

42

O Presidente da República, após ser informado da existência de movimentos separatistas em determinada região do país, iniciou estudos sobre a conveniência de ser decretada a intervenção federal nos Estados envolvidos. Após ouvir os Conselhos da República e de Defesa Nacional, decretou a intervenção, sendo o respectivo decreto encaminhado para a apreciação do Congresso Nacional nas vinte e quatro horas seguintes.

À luz da sistemática constitucional, o proceder do Presidente da República está:

- (A) errado, pois somente o Supremo Tribunal Federal poderia decretar a intervenção nas circunstâncias indicadas;
- (B) certo, pois o Presidente da República tem competência para a medida e as providências adotadas foram corretas;
- (C) errado, pois a intervenção deveria ser decretada pelo Congresso Nacional e não apenas homologada;
- (D) certo, pois o procedimento adotado pelo Presidente da República, embora sem base constitucional, é justo;
- (E) errado, pois o princípio da unicidade impedia que os referidos Conselhos se pronunciassem sobre o mesmo fato.

43

Com o objetivo de compensar os servidores públicos do Poder Executivo estadual pelo longo período sem reajustes remuneratórios, um grupo de Deputados Estaduais encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa concedendo aumento de 5%, muito inferior, no entanto, à inflação acumulada. O projeto foi aprovado pelo Legislativo. O Governador do Estado, no entanto, decidiu vetá-lo sob o argumento de ser formalmente inconstitucional. O veto foi rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados Estaduais. Ao fim, veio a ser promulgada a Lei Estadual WW.

À luz da sistemática constitucional, sob o prisma formal, a Lei Estadual WW:

- (A) apresenta vício de inconstitucionalidade, já que o poder de iniciativa legislativa era privativo do Governador, não podendo ser exercido pelos Deputados;
- (B) não apresenta vício de inconstitucionalidade, pois a iniciativa legislativa é sempre franqueada a qualquer Deputado ou grupo de Deputados;
- (C) apresenta vício de inconstitucionalidade, pois o veto do Governador deveria ser rejeitado por dois terços dos Deputados;
- (D) não apresenta vício de inconstitucionalidade, já que a iniciativa legislativa, em matéria vencimental, somente pode ser exercida por grupos de Deputados;
- (E) apresenta vício de inconstitucionalidade, pois os reajustes vencimentais dos servidores públicos não podem ser inferiores à inflação.

44

Dias após a aprovação da Lei Estadual ZZ, determinada associação de classe ajuizou ação ordinária em face do Estado, com base em uma de suas normas. Ao proferir a sentença, o Juiz de Direito julgou improcedente o pedido, baseando-se no argumento da inconstitucionalidade da referida lei.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, o Governador do Estado decidiu ajuizar ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Sua assessoria, no entanto, argumentou que (I) essa ação não poderia ter por objeto ato normativo estadual; (II) o Governador jamais teria legitimidade para ajuizar essa espécie de ação; e (III) não havia controvérsia judicial relevante que pudesse justificá-la.

À luz da narrativa acima, a assessoria do Governador do Estado está:

- (A) certa apenas em relação ao argumento (I);
- (B) certa apenas em relação ao argumento (III);
- (C) certa apenas em relação aos argumentos (I) e (III);
- (D) errada em todos os seus argumentos;
- (E) certa em todos os seus argumentos.

45

Após tomar conhecimento da prática de infração penal em determinado processo submetido à sua apreciação, o Juiz de Direito expediu ofício ao Promotor de Justiça com atribuição na respectiva Comarca e determinou que fosse ajuizada a ação penal no prazo legal.

À luz da sistemática constitucional, o referido Promotor de Justiça:

- (A) não está vinculado à determinação do Juiz de Direito, que deveria ter sido dirigida ao Procurador-Geral de Justiça;
- (B) está vinculado à determinação do Juiz de Direito em razão do princípio hierárquico;
- (C) não está vinculado à determinação do Juiz de Direito em razão do princípio da independência funcional;
- (D) está vinculado à determinação do Juiz de Direito em razão do princípio da territorialidade funcional;
- (E) não está vinculado à determinação do Juiz de Direito em razão do princípio da oportunidade da ação penal.

46

O Presidente da República editou a Medida Provisória XX, que inseriu relevantes modificações na economia nacional. O Partido Político Alfa, insatisfeito com o teor desse ato normativo, solicitou o parecer de um renomado advogado em relação ao fato de a medida provisória somente ter sido assinada pelo Chefe do Poder Executivo, não contando com o referendo do Ministro de Estado da área.

À luz da sistemática constitucional, o advogado respondeu, corretamente, que:

- (A) a edição de medida provisória é de competência privativa do Presidente da República, não podendo contar com a participação de Ministro de Estado;
- (B) o referendo do Ministro de Estado da área somente é necessário em relação aos decretos, não aos atos com força de lei;
- (C) o referendo do Ministro de Estado da área somente seria necessário por ocasião da sanção da lei de conversão aprovada pelo Congresso Nacional;
- (D) a ordem constitucional somente exige que o Ministro de Estado assine os atos do Presidente da República nas hipóteses de competência concorrente;
- (E) era necessário o referendo do Ministro de Estado da área para a edição da Medida Provisória XX, sendo que sua ausência denota a caracterização de vício formal.

47

Um grupo de biólogos decide organizar uma pessoa jurídica para apoiar a pesquisa científica. Não pretendem acometer finalidade econômica à atividade do novo ente, mas desejam, de toda forma, participar ativamente da administração da entidade.

Diante desse quadro, deve-se indicar ao grupo de biólogos a constituição de:

- (A) partido político;
- (B) associação;
- (C) grupo de amigos;
- (D) sociedade;
- (E) organização religiosa.

48

Em 2003, Marcelo construiu pequena edificação em uma praça e, desde então, explora comercialmente o imóvel com atividade de alimentação e bebidas. Após quinze anos de uso ininterrupto do bem, Marcelo recebe notificação do Município, requerendo que fosse demolida a edificação e devolvido o terreno.

Acerca da pretensão do Município, é correto afirmar que:

- (A) é abusiva, pois Marcelo exerceu a posse do bem por prazo suficiente para sua aquisição;
- (B) é indevida, visto que Marcelo bem cumpre a função social da propriedade;
- (C) procede, uma vez que Marcelo jamais exerceu a posse sobre o bem;
- (D) procede, pois, embora passível de usucapião, não transcorreu o prazo para configurá-la;
- (E) improcede, tendo em vista que a praça é bem público de todos e, inclusive, de Marcelo.

49

Lucas, polêmico radialista da Rádio ABC Ltda., foi acometido de mal súbito que ceifou sua vida. Além de Carla, sua viúva, Lucas deixou Rodrigo, filho do casal, que contava com 15 anos. Após o falecimento e a abertura de seu testamento, viu-se a propagação em redes sociais de inúmeras inverdades sobre Lucas, de autoria de desafeto conhecido.

Nessa situação, tem legitimidade para tutelar o direito de personalidade de Lucas:

- (A) o espólio de Lucas;
- (B) a Rádio ABC Ltda.;
- (C) o inventariante do espólio de Lucas;
- (D) Carla e/ou Rodrigo;
- (E) o testamenteiro indicado por Lucas.

50

Até 07 de abril de 2017, vigorava, no Município X, a Lei 01, que estipulava em trinta dias prazo para interposição de recursos à própria administração municipal contra atos praticados por seus servidores. Na referida data, entrou em vigor a Lei 02, que alterou o referido prazo para quarenta dias e revogou, neste ponto, a Lei 01. Contudo, atendendo a pleito local, o Município editou a Lei 03, de 07 de março de 2018, com o seguinte e único texto: “Art. 1º: Revoga-se Lei 02”.

Quanto a essa situação, é correto afirmar que:

- (A) no dia da publicação da Lei 03, a Lei 01 volta a vigorar;
- (B) trinta dias após a publicação da Lei 03, a Lei 01 retorna a vigorar;
- (C) quarenta e cinco dias após a publicação da Lei 03, a Lei 02 deixa de vigorar;
- (D) no dia da publicação da Lei 03, a Lei 02 deixa de vigorar;
- (E) trinta dias após a publicação da Lei 03, a Lei 02 deixa de vigorar.

51

No que concerne à execução fiscal, é correto afirmar que:

- (A) o executado ausente do país será citado por edital, com prazo de trinta dias;
- (B) os embargos do executado são admissíveis antes mesmo de garantida a execução;
- (C) a citação será feita por Oficial de Justiça, exceto se a Fazenda Pública a requerer por outra forma;
- (D) o executado será citado para que, no prazo de cinco dias, satisfaça o crédito ou garanta a execução;
- (E) em garantia da execução, não poderão ser indicados à penhora bens oferecidos por terceiros, ainda que a Fazenda Pública os aceite.

52

Tendo sido formulados na petição inicial dois pedidos, o juiz, após encerrada a fase postulatória, pronunciou, quanto a um deles, a prescrição do direito subjetivo afirmado pelo autor, designando audiência de instrução e julgamento em relação ao outro pedido.

Esse capítulo da decisão é impugnável por:

- (A) apelação;
- (B) mandado de segurança;
- (C) agravo de instrumento;
- (D) agravo interno;
- (E) nenhum recurso, pois se trata de matéria irrecorrível antes da sentença.

53

Carlos, domiciliado na Comarca A, intentou, ali, ação de cobrança de uma obrigação contratual em face de Pedro, domiciliado na Comarca B.

Por entender que a demanda deveria tramitar no foro onde tem domicílio, Pedro deverá suscitar a matéria através de:

- (A) exceção de incompetência relativa;
- (B) exceção de incompetência absoluta;
- (C) preliminar em contestação;
- (D) reconvenção;
- (E) nenhuma via, devendo aguardar a apreciação judicial *ex officio* do tema.

54

A gratuidade de justiça:

- (A) não pode ser deferida em favor de pessoa jurídica;
- (B) afasta o dever de o beneficiário pagar as multas processuais que lhe sejam impostas;
- (C) não pode ser requerida em petição de recurso;
- (D) não compreende o depósito de cinco por cento do valor da causa, na ação rescisória;
- (E) pode abarcar um, alguns ou todos os atos, ou consistir na redução percentual das despesas a cargo do beneficiário.

55

No que se refere ao impedimento e à suspeição, é correto afirmar que:

- (A) o juiz pode declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sendo-lhe obrigatório, para tanto, indicar as suas razões;
- (B) é vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar o impedimento do juiz;
- (C) os motivos de impedimento e suspeição do juiz não se aplicam aos oficiais de justiça;
- (D) a suspeição do juiz pode dar azo à propositura de ação rescisória da sentença de mérito por ele proferida;
- (E) se o tribunal acolher a arguição de impedimento do juiz, formulada pela parte, determinará a remessa dos autos ao seu substituto legal, sem condenar o magistrado nas custas.

56

A modalidade de intervenção por meio da qual o terceiro, devedor solidário de uma obrigação, se integra ao processo por iniciativa do réu que tenha sido demandado pelo credor para pagar a dívida comum, é:

- (A) denúncia da lide;
- (B) assistência simples;
- (C) assistência litisconsorcial;
- (D) *amicus curiae*;
- (E) chamamento ao processo.

57

Em uma audiência de instrução e julgamento, os procuradores do autor e do réu perceberam a possibilidade de se obter uma composição extrajudicial do feito, uma vez que esta não era possível naquele momento. Assim, convencionaram, em conjunto, pelo sobrestamento dos atos do processo pelo prazo de um ano, por considerarem que esse seria o tempo máximo necessário para que obtivessem junto aos seus clientes a solução amigável do conflito.

Nesse quadro, deverá o julgador:

- (A) admitir a suspensão do feito pelo prazo de um ano, pois há que se fomentar a atividade de composição dos conflitos;
- (B) inadmitir a suspensão do feito pelo prazo pretendido, uma vez que o prazo máximo, nessa hipótese, seria de seis meses;
- (C) inadmitir a suspensão do feito e designar nova data para a audiência, intimando todos os presentes desta decisão;
- (D) extinguir o feito, uma vez que a hipótese em tela seria equivalente à paralisação do feito por negligência das partes;
- (E) extinguir o feito, uma vez que a hipótese em tela é tratada como abandono da causa por parte do autor.

58

Fernando, servidor público estadual, por intermédio de seu procurador, propôs ação de cobrança em face do Estado de Alagoas, pleiteando valores pecuniários decorrentes de gratificações não pagas e que são estabelecidas no estatuto do servidor.

Não havendo necessidade de fase instrutória, e com base em enunciado de súmula do próprio Tribunal de Justiça alagoano, no sentido contrário ao afirmado pelo autor, o julgador:

- (A) poderá julgar liminarmente improcedente o pedido, independentemente da citação do réu;
- (B) poderá julgar extinto o feito, por ausência de interesse processual, sem citação do réu;
- (C) deverá julgar liminarmente procedente o pedido, independentemente da citação do réu;
- (D) deverá determinar a citação do réu para, após, enfrentar o mérito da causa;
- (E) deverá determinar a citação do réu e designar audiência de conciliação ou mediação.

59

O exequente obteve uma certidão de que a execução por ele proposta foi admitida pelo juiz. Ato contínuo, averbou a referida certidão no registro de imóveis, onde consta inscrito um apartamento do devedor. Antes da sua citação no processo, o executado alienou a propriedade do referido bem para um terceiro. No curso do processo, percebe-se que esse apartamento, que fora indicado pelo exequente para penhora, não pertencia mais ao patrimônio do devedor.

Nesse contexto:

- (A) a alienação não configura fraude à execução, pois o executado não tinha ciência do processo;
- (B) a alienação é eficaz, pois o registro é ato capaz de ensejar a ciência do processo;
- (C) a alienação efetuada após a averbação é presumida em fraude à execução;
- (D) a averbação é indevida, pois não se admite emissão de certidão para esse fim;
- (E) a averbação é indevida, pois só se a admite após a extinção da execução.

60

Na petição inicial o autor indicou o pedido, os fatos e os seus fundamentos jurídicos, mencionou também o desinteresse na realização de eventual audiência de conciliação ou mediação e requereu ao juiz diligências necessárias para a obtenção do endereço eletrônico, o domicílio ou a residência do réu.

Nesse cenário, a petição inicial:

- (A) será indeferida, pois cabe ao autor diligenciar na obtenção dos requisitos necessários para seu recebimento;
- (B) poderá ser deferida, pois o autor não pode ter seu direito de acesso à justiça impedido por falta dessas informações;
- (C) poderá ser deferida, ficando impedida a citação do réu até a obtenção destas informações, ainda que esta já fosse possível;
- (D) será indeferida, pois não cabe ao autor demonstrar desinteresse pela realização de audiência de conciliação ou mediação;
- (E) será indeferida, pois somente se poderia diligenciar na busca do endereço eletrônico, mas não em relação ao domicílio ou à residência do réu.

61

O Ministério Público ajuizou ação de anulação do casamento em face dos irmãos João e Maria. João conhecia o referido impedimento, pois sabia que Maria era sua irmã. Todavia, esta desconhecia completamente o grau de parentesco entre eles.

Nesse sentido, a ação deverá ser proposta:

- (A) em litisconsórcio passivo, originário, necessário e simples;
- (B) em litisconsórcio passivo, eventual, necessário e comum;
- (C) em litisconsórcio passivo, originário, necessário e unitário;
- (D) em litisconsórcio passivo, originário, facultativo e unitário;
- (E) apenas em face de João, eis que somente este estava com má-fé.

62

Manuel propôs uma ação de separação judicial em face de Fernanda. Após a citação e já ultimada a fase instrutória, as partes peticionaram, em conjunto, apresentando requerimento de homologação de proposta de acordo de divórcio, partilha e alimentos entre si.

Nesse cenário:

- (A) poderá o juiz homologar o acordo, uma vez que não está obrigado a observar o critério de legalidade estrita;
- (B) poderá o juiz homologar o acordo apenas quanto à partilha e alimentos, pois inéditos, e indeferir o divórcio;
- (C) poderá o juiz homologar o acordo apenas no tocante ao divórcio, pois tem a mesma causa de pedir já estabilizada;
- (D) não poderá o juiz homologar o acordo, uma vez que os pedidos têm ritos diferenciados;
- (E) não poderá o juiz homologar o acordo, uma vez que a demanda é de separação e já se estabilizou.

63

O autor, na petição inicial, formulou o pedido principal de restituição de seu automóvel, que estava na posse do réu e que lhe custou 100 mil reais. Todavia, ante o receio de que esse pedido não fosse mais passível de acolhimento, formulou um pleito subsidiário de perdas e danos, no valor de 100 mil reais. Fixou o demandante, então, o valor da causa em 200 mil reais, resultado da soma dos valores dos dois pedidos.

Nesse quadro:

- (A) agiu corretamente o autor, pois no caso há uma cumulação simples, e o valor de 200 mil reais representa a soma dos dois pedidos;
- (B) agiu corretamente o autor, pois a fixação do valor da causa é livre, podendo o autor atribuir o valor que entender correto, devendo o réu, se discordar, impugná-lo;
- (C) agiu corretamente o autor, pois a cumulação sucessiva no caso importa na soma dos valores de todos os pedidos formulados;
- (D) agiu equivocadamente o autor, pois na cumulação subsidiária o valor da causa deve corresponder apenas ao valor pretendido no pedido principal;
- (E) agiu equivocadamente o autor, pois no caso há uma cumulação alternativa, devendo ser fixado o valor de 100 mil reais, correspondente ao bem de maior valor.

64

Caio, Oficial de Justiça, após cumprir diversos mandados de citação referentes a várias ações penais, retornou para sua residência com os documentos que comprovavam a efetiva citação dos denunciados. Em razão de seu descuido e do grande número de mandados, colocou dois deles em cima de seu carro enquanto guardava sua bolsa na mala do veículo, mas os esqueceu lá quando deu a partida do carro, acabando por extraviar os documentos, o que gerou prejuízo no curso da ação penal e benefício para os acusados dos respectivos processos.

Considerando apenas as informações narradas, o comportamento de Caio configura:

- (A) crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento;
- (B) crime de subtração ou inutilização de livro ou documento;
- (C) crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório;
- (D) crime de prevaricação;
- (E) conduta atípica.

65

Mévio, superior hierárquico de Tício, Oficial de Justiça, solicitou que ele alterasse o teor de determinada certidão em mandado de busca e apreensão. Apesar de ter conhecimento de que a conduta não era correta, Tício atendeu a solicitação de Mévio, já que este era seu superior hierárquico e os dois eram também amigos de infância. Descobertos os fatos, foi instaurado procedimento investigatório, razão pela qual Tício procura seu advogado para esclarecimentos.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Tício deverá esclarecer que sua conduta configura:

- (A) fato típico, ilícito e culpável;
- (B) fato típico, mas não ilícito, em razão do estrito cumprimento do dever legal;
- (C) fato típico, mas não ilícito, em razão da obediência hierárquica;
- (D) fato típico e ilícito, mas não culpável, em razão da obediência hierárquica;
- (E) fato típico e ilícito, mas não culpável, em razão da coação moral irresistível.

66

O indulto, a graça e a anistia são trazidos pelo Código Penal, em seu artigo 107, inciso II, como causas de extinção da punibilidade. Apesar disso, são institutos que não se confundem.

Sobre tais causas de extinção da punibilidade, é correto afirmar que:

- (A) a anistia, o indulto e a graça geram a extinção dos efeitos penais primários e secundários da condenação, permanecendo íntegros, apenas, os seus efeitos civis;
- (B) o indulto, diante de sua natureza coletiva, depende de provocação e requerimento do beneficiado, não podendo ser declarada a extinção da pena de ofício pelo juiz;
- (C) o indulto gera a extinção dos efeitos penais primários, mas não os secundários, permanecendo íntegros, também, os efeitos civis da condenação;
- (D) a anistia gera a extinção dos efeitos penais primários, mas não os secundários, permanecendo íntegros, também, os efeitos civis da condenação;
- (E) o indulto é concedido através de Decreto do Presidente da República, enquanto a anistia e a graça são previstos em lei federal.

67

Jorge, de origem humilde, atua como Oficial de Justiça em determinado Tribunal de Justiça. Quando cumpria ordem de busca e apreensão na comunidade em que nasceu, viu, de longe, que seu irmão dispensou uma sacola plástica com grande quantidade de drogas, empurrou um policial militar e tentava empreender fuga e evitar o flagrante de crime de tráfico, crime este punido com pena mínima de cinco anos de reclusão. Diante disso, quando seu irmão corre em sua direção, o auxilia, escondendo-o dentro de seu veículo particular, enquanto continua a cumprir o mandado pendente.

Descobertos os fatos, considerando apenas a situação narrada, o ato de Jorge configura:

- (A) crime de evasão mediante violência contra a pessoa;
- (B) conduta típica, mas não punível;
- (C) crime de favorecimento pessoal;
- (D) crime de favorecimento real;
- (E) conduta atípica.

68

O Ministério Público denunciou João, José e Jorge pela prática de determinado crime. Após recebimento da denúncia, João e José foram regularmente citados pelo Oficial de Justiça Caio. Jorge, entretanto, não foi localizado para citação, determinando o juiz o desmembramento do processo em relação a ele. Logo em seguida, entrou em vigor lei de conteúdo exclusivamente processual prejudicial ao réu, prevendo nova forma de citação. No dia seguinte à entrada em vigor da nova lei, no processo de João e José foi designada a realização de audiência de instrução e julgamento, enquanto foi localizado novo endereço para citação de Jorge no processo desmembrado, determinando o magistrado a citação nesse endereço.

Considerando as informações narradas, o Oficial de Justiça Caio deverá realizar a citação de Jorge observando os termos da:

- (A) inovação legislativa, ainda que prejudicial ao acusado, devendo a citação de João e José ser renovada com base na lei que vigia na data dos fatos, pois a ação ainda está em curso;
- (B) norma em vigor quando da prática delitiva, pois, em que pese a lei processual prejudicial possa retroagir para atingir fatos anteriores, já havia denúncia em face de Jorge;
- (C) inovação legislativa, ainda que prejudicial ao acusado, devendo a citação de João e José ser renovada com base na nova lei, pois a ação ainda está em curso;
- (D) inovação legislativa, ainda que prejudicial ao acusado, mas a citação de João e José não precisa ser renovada;
- (E) norma em vigor quando da prática delitiva, pois a lei não pode retroagir para prejudicar o acusado.

69

Gustavo, Delegado de Polícia, é a autoridade policial que preside duas investigações autônomas em que se apura a suposta prática de crimes de homicídio contra Joana e Maria. Após realizar diversas diligências, não verificando a existência de justa causa nos dois casos, elabora relatórios finais conclusivos e o Ministério Público promove pelos arquivamentos, havendo homologação judicial. Depois do arquivamento, chega a Gustavo a informação de que foi localizado um gravador no local onde ocorreu a morte de Maria, que não havia sido apreendido, em que encontrava-se registrada a voz do autor do delito. A autoridade policial, ademais, recebe a informação de que a família de Joana obteve um novo documento que indicava as chamadas telefônicas recebidas pela vítima no dia dos fatos, em que constam 25 ligações do ex-namorado de Joana em menos de uma hora.

Considerando as novas informações recebidas pela autoridade policial, é correto afirmar que:

- (A) não poderá haver desarquivamento do inquérito que investigava a morte de Joana, mas poderá ser desarquivado o que investigava a morte de Maria, tendo em vista que o documento obtido pela família de Joana não existia quando do arquivamento;
- (B) poderá haver desarquivamento dos inquéritos diretamente pela autoridade policial, mas não poderá o Ministério Público oferecer imediatamente denúncia, ainda que haja justa causa, diante dos arquivamentos anteriores;
- (C) poderá haver desarquivamento dos inquéritos que investigavam as mortes de Joana e Maria, pois em ambos os casos houve prova nova, ainda que o gravador já existisse antes do arquivamento;
- (D) poderá haver desarquivamento do inquérito que investigava a morte de Joana, mas não do de Maria, tendo em vista que apenas no primeiro caso houve prova nova;
- (E) não poderá haver prosseguimento das investigações, tendo em vista que houve decisão de arquivamento que fez coisa julgada.

70

Matheus foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação. Logo após os fatos, compareceu em sede policial e, oralmente, manifestou ao Delegado o interesse em representar em face do autor dos fatos. Diante disso, foi oferecida denúncia pelo Ministério Público. Matheus, porém, se arrependeu e demonstrou interesse em se retratar da representação enquanto a denúncia não era recebida.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Matheus:

- (A) não poderá se retratar da representação, já que o Código de Processo Penal não admite retratação, independentemente do momento, uma vez realizada a representação perante autoridade policial;
- (B) poderá se retratar da representação, mesmo após o recebimento da denúncia, em razão do princípio da disponibilidade da ação penal pública condicionada à representação;
- (C) não precisa se retratar da representação, pois esta foi inválida, já que realizada oralmente;
- (D) poderá se retratar da representação, tendo em vista que a denúncia não foi recebida;
- (E) não poderá se retratar da representação, tendo em vista que a denúncia já foi oferecida.

71

Fábio, Oficial de Justiça, deve realizar a citação de Lucas, que está preso preventivamente. Ao verificar a denúncia em face de Lucas, constata que existem outros dois denunciados: Beto, que está em local incerto e não sabido, e Patrick, que reside em endereço certo localizado em outro país.

Com base nas informações narradas, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) Beto deverá ser citado por edital e, caso não compareça e nem constitua advogado, haverá suspensão do processo e o período de suspensão do prazo prescricional será regulado pelo máximo da pena cominada;
- (B) Lucas deverá ser citado pessoalmente, devendo Fábio, por ocasião da citação, certificar a leitura do mandado, não sendo necessário buscar a entrega da contrafé;
- (C) Beto deverá ser citado com hora certa, de modo que seu não comparecimento não gera suspensão do processo, mas sim reconhecimento de sua revelia;
- (D) Lucas deverá ser citado pessoalmente por Fábio, podendo o Oficial de Justiça realizar a citação de Patrick mediante carta por correio com aviso de recebimento;
- (E) Patrick deverá ser citado por carta precatória, que indicará o juízo deprecado e o juízo deprecante, além do fim para que é feita citação.

72

Hugo e Luiz praticaram uma mesma infração penal, mas foram denunciados em processos distintos. Por outro lado, Paulo, policial militar, praticou dois crimes, o primeiro que seria de competência da Justiça Comum e o segundo que seria da Justiça Militar, sendo que este foi praticado para ocultar e garantir a impunidade em relação àquele.

Considerando apenas as informações narradas, haverá reunião entre os processos de Hugo e Luiz em razão da relação de:

- (A) continência, enquanto haverá conexão entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, apesar de ser necessária a separação dos processos da Justiça Militar e da Justiça Comum;
- (B) conexão, enquanto haverá continência entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, razão pela qual essas deverão ser reunidas para julgamento conjunto;
- (C) continência, assim como entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, apesar de ser necessária a separação dos processos da Justiça Militar e da Justiça Comum;
- (D) conexão, assim como entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, apesar de ser necessária a separação dos processos da Justiça Militar e da Justiça Comum;
- (E) continência, enquanto haverá conexão entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, razão pela qual essas devem ser reunidas para julgamento conjunto.

73

A Lei nº 11.343/06 define uma série de crimes relacionados ao tráfico de drogas, além de prever um procedimento próprio para julgamento dessas infrações penais.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Em razão da necessidade de sigilo e, eventualmente, urgência da medida, poderá ocorrer infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, ainda que sem autorização judicial, desde que informado previamente ao Ministério Público.

II. Antes mesmo do recebimento da denúncia, o denunciado deverá ser notificado para apresentação de defesa, sendo que eventuais exceções apresentadas deverão ser processadas em apartado.

III. Observadas as formalidades legais, admite-se a postergação da atuação policial sobre os portadores de drogas com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico.

Com base nas previsões da Lei nº 11.343/06, está correto o que se afirma em:

- (A) somente II;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

74

O juiz de determinado Tribunal do Júri precisa marcar sessões de julgamento, após pronúncia, de quatro processos distintos em que figuram como denunciados Júlio, César, Arthur e Junior. No momento de definir sua pauta do mês de maio, chama o Oficial de Justiça para que esclareça algumas informações sobre data de cumprimento de mandados de prisão, citação e pronúncia. O oficial informa que Júlio foi preso em 15.01.2017, sendo citado em 25.01.2017 e pronunciado em 09.03.2018; César foi preso em 20.01.2017, citado em 23.01.2017 e pronunciado em 08.03.2018; Arthur foi preso em 20.01.2017, citado em 24.01.2017 e pronunciado em 06.03.2018; Junior responde ao processo solto, tendo sido citado em 27.11.2016 e pronunciado em 27.02.2018.

Considerando apenas o narrado e as informações do Oficial de Justiça, de acordo com o Código de Processo Penal, as sessões plenárias de julgamento do Tribunal do Júri deverão ser realizadas na seguinte ordem de preferência:

- (A) Júlio, César, Arthur e Junior;
- (B) Arthur, César, Júlio e Junior;
- (C) Júlio, Arthur, César e Junior;
- (D) César, Arthur, Júlio e Junior;
- (E) Junior, Arthur, César e Júlio.

75

Carlos foi denunciado pela prática de crime de lesão corporal praticado em contexto de violência familiar, figurando como vítima seu irmão, Glauber (Art. 129, §9º, do Código Penal. Pena: 3 meses a 3 anos de detenção). A natureza da lesão seria leve e Glauber demonstrou interesse em representar em face do autor do fato.

Considerando que Carlos é primário e de bons antecedentes, sem qualquer outro envolvimento com o aparato policial ou judicial, é correto afirmar que:

- (A) não caberá aplicação de qualquer instituto despenalizador previsto na Lei nº 9.099/95, tendo em vista que o crime em questão foi introduzido pela Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que não admite aplicação desses institutos;
- (B) não caberá aplicação de qualquer instituto despenalizador previsto na Lei nº 9.099/95, tendo em vista que o crime imputado não é infração de menor potencial ofensivo;
- (C) caberá proposta apenas de transação penal e suspensão condicional do processo, mas não de composição civil dos danos, já que o crime não é de ação penal privada;
- (D) caberá proposta de composição civil dos danos, transação penal e suspensão condicional do processo;
- (E) caberá proposta de suspensão condicional do processo, mas não de transação penal ou composição civil dos danos.

76

Juca foi condenado em primeira instância pela prática de crime de corrupção, sendo aplicada em sentença pena de cinco anos de reclusão a ser cumprida em regime inicial fechado. Em recurso de apelação, exclusivo da defesa, o advogado de Juca requereu a anulação da sentença por falta de fundamentação, a absolvição do réu e, subsidiariamente, a redução da pena e aplicação de regime inicial semiaberto. Em julgamento, a sentença foi parcialmente mantida, alterando-se apenas o regime de cumprimento da sanção imposta. Por unanimidade, foi afastada a alegação de nulidade e mantida a condenação. Por maioria de votos, foi mantida a pena aplicada, tendo um Desembargador votado pela sua redução, e afastado o regime inicial fechado, fixando-se o semiaberto.

Intimada da decisão, a defesa de Juca poderá interpor recurso de embargos infringentes em busca do(a):

- (A) reconhecimento de nulidade, absolvição e redução da pena aplicada, enquanto o Ministério Público não poderá apresentar recurso de embargos infringentes em busca da aplicação do regime inicial fechado;
- (B) reconhecimento de nulidade, absolvição e redução da pena aplicada, enquanto o Ministério Público somente poderá buscar a aplicação de regime inicial fechado em recurso de embargos infringentes;
- (C) reconhecimento de nulidade e redução da pena aplicada, somente, enquanto o Ministério Público não poderá apresentar recurso de embargos infringentes em busca da aplicação do regime inicial fechado;
- (D) redução da pena aplicada, somente, enquanto o Ministério Público não poderá apresentar recurso de embargos infringentes em busca da aplicação do regime inicial fechado;
- (E) redução da pena aplicada, apenas, enquanto o Ministério Público somente poderá buscar a aplicação de regime inicial fechado em recurso de embargos infringentes.

77

Após a instrução probatória e a apresentação de alegações finais pelas partes, caberá ao magistrado proferir sentença, observando as disposições previstas no Código de Processo Penal.

De acordo com as disposições legais sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o juiz, entendendo que deve ser mantida a prisão do réu, não precisará justificar tal manutenção por ocasião da sentença; mas, caso conceda a liberdade, deverá justificar;
- (B) o juiz não poderá fixar o valor da indenização por ocasião da sentença, ainda que haja requerimento do ofendido, dependendo de ação civil *ex delicto*;
- (C) o tempo de prisão provisória será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade;
- (D) a intimação do assistente de acusação será necessariamente pessoal, não podendo ocorrer por meio de seu advogado;
- (E) o réu somente poderá ser intimado da sentença condenatória pessoalmente se estiver preso.

78

Durante investigação pela prática de crime de concussão, figurando como indiciado Gomes, o Ministério Público formula, nos autos do inquérito, requerimento de busca e apreensão na residência do investigado. Considerando a gravidade do caso investigado, o juiz defere a medida pleiteada pelo Ministério Público e, ainda, decreta a prisão preventiva de Gomes.

Após cumprimento dos mandados de busca e apreensão e prisão preventiva pelo Oficial de Justiça, a defesa técnica de Gomes:

- (A) não poderá pleitear a liberdade do investigado com o argumento da ilegalidade da prisão, uma vez que o requerimento de busca e apreensão do Ministério Público permite que o juiz analise o cabimento de qualquer cautelar;
- (B) não poderá pleitear a liberdade do investigado com o argumento da ilegalidade da prisão, tendo em vista que o Código de Processo Penal admite a decretação da prisão preventiva de ofício;
- (C) deverá buscar o relaxamento da prisão preventiva, tendo em vista que ilegal, pois o Código de Processo Penal não admite que seja decretada a prisão preventiva de ofício, seja durante a investigação, seja no curso da ação penal;
- (D) deverá buscar a revogação da prisão preventiva, tendo em vista que ilegal, pois o Código de Processo Penal não admite que seja decretada a prisão preventiva de ofício em qualquer fase processual;
- (E) deverá buscar o relaxamento da prisão preventiva, tendo em vista que ilegal, já que o magistrado não poderia decretá-la, nos termos realizados, antes do oferecimento da denúncia.

79

Tício, enquanto cumpria pena em regime aberto, praticou fato definido como falta grave, sendo certo que a Lei nº 7.210/84 traz as consequências diante de tal comportamento.

Considerando as previsões do diploma legal mencionado e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) o reconhecimento de falta grave independe de procedimento administrativo ou judicial, bastando declaração do diretor do estabelecimento penitenciário;
- (B) o reconhecimento de falta grave depende da instauração de procedimento administrativo e, diante dessa natureza, dispensa a exigência de defesa técnica;
- (C) o reconhecimento regular de falta grave pode justificar a regressão *per saltum* do regime de cumprimento de pena;
- (D) o reconhecimento regular de falta grave pode justificar a perda de todos os dias remidos;
- (E) o reconhecimento regular de falta grave interrompe o prazo para fim de comutação de pena.

80

Lauro figura como indiciado em inquérito policial em que se apura a prática de infração penal grave. Intimado para comparecer em sede policial, Lauro presta declarações, não cientificado de seu direito ao silêncio, e confessa o crime. Posteriormente, com base em outros elementos informativos produzidos, Lauro vem a ser denunciado.

Com base nas informações narradas e de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) o interrogatório do acusado é o último ato da instrução, de modo que não mais se admite a oitiva do indiciado antes do oferecimento da denúncia, ainda que acompanhado de advogado e garantido o direito ao silêncio;
- (B) o juiz poderá considerar, em sentença, as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, mas não os demais elementos informativos, ainda que sua decisão não seja baseada exclusivamente nestes;
- (C) a confissão é válida, mesmo sem ser esclarecido o direito de o indiciado permanecer em silêncio, já que o inquérito é caracterizado pelo caráter inquisitivo, não podendo ser retratada;
- (D) a confissão do réu poderá ser divisível e, independentemente de sua validade, poderá ser retratada em juízo;
- (E) o elemento informativo, independentemente de qual seja, colhido durante as investigações, nunca poderá ser considerado pelo magistrado em sentença.

Discursiva

1

Menor absolutamente incapaz, representado por sua genitora, propôs ação em que pleiteava a condenação do suposto pai, cujo nome não figura no assento de seu nascimento, a lhe pagar alimentos. Embora regularmente citado, permitiu o réu que o feito corresse à sua revelia. Ao proferir a sentença, o juiz, à luz das provas documentais produzidas, reconheceu, primeiramente, o estado de filiação afirmado na inicial, condenando o réu a pagar pensão alimentícia ao autor. Sem que houvesse sido interposto qualquer recurso, a sentença transitou em julgado. Transcorrido o período de um ano a partir de então, o alimentante teve acesso a novas provas, que deixavam patente a impossibilidade da paternidade aludida na sentença.

Nesse cenário, responda justificadamente:

- a) Havendo posterior modificação do quadro fático à luz do qual uma sentença condena o réu a pagar alimentos, poderá ele, após o seu trânsito em julgado, pleitear em juízo a alteração do que foi decidido no tocante à obrigação alimentar?
- b) No caso narrado no enunciado, a questão relativa ao reconhecimento da filiação está abarcada nos limites objetivos da coisa julgada que se formou?
- c) Ainda no caso concreto descrito no enunciado, diante do acesso a provas novas, qual a medida judicial de que deverá se valer o suposto pai para questionar o vínculo aludido na sentença?

2

No curso de investigação penal pela suposta prática de crimes contra a ordem tributária, a autoridade judiciária, atendendo a requerimento do Ministério Público, decretou a prisão preventiva do sócio-administrador da sociedade empresária investigada, Paulo Manoel, bem como determinou a busca e apreensão no endereço do escritório da sociedade empresária, expedindo os respectivos mandados de busca e apreensão e prisão. Em cumprimento da ordem respectiva, o Oficial de Justiça Avaliador, Júlio César, se dirigiu ao endereço constante no mandado, na parte da tarde, e, lá chegando, encontrou anúncio de que a empresa mudou de endereço. Informado pelo porteiro do prédio acerca do novo endereço, em cumprimento da ordem judicial, Júlio César localizou então o prédio onde agora funciona a sociedade e chegou ao local por volta das 20h. Na frente do prédio, se deparou com o sócio Paulo Manoel saindo e, diante disso, efetuou a prisão preventiva pendente de cumprimento. Em seguida, ingressou no novo escritório da sociedade empresária e apreendeu computadores e documentos, conforme constante do mandado, lavrando o termo respectivo.

Alguns dias após, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Paulo Manoel e também em face de outro administrador da sociedade, José Carlos. Paulo Manoel foi pessoalmente citado, já que preso, enquanto a citação de José Carlos foi por edital, pois, após diversas tentativas de localização, foi certificado que estava em local incerto e não sabido. José Carlos, após o prazo do edital, não compareceu e nem constituiu advogado, determinando o magistrado a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, o que gerou preocupação do Ministério Público, tendo em vista que a única testemunha do fato era idosa e estava internada em unidade hospitalar, com doença cardíaca em estado avançado.

Considerando apenas as informações narradas, responda justificadamente:

- a) O cumprimento do mandado de prisão preventiva foi válido?
- b) A busca e apreensão realizada no escritório da sociedade empresária foi válida?
- c) Com a suspensão do processo em razão da citação por edital, poderia o magistrado adotar alguma medida para resguardar a prova a ser produzida?

Realização

